

O Um e os Muitos

Gary DeMar

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

Deus estabeleceu várias autoridades para a ordem apropriada da sociedade. Mães e pais têm autoridade sobre seus filhos (Provérbios 6:20,21; 15:5; 30:17; Efésios 6:1-3; Colossenses 3:20). Líderes de igreja, presbíteros e diáconos, possuem autoridade na igreja (Mateus 16:19; 18:15-20; 1 Tessalonicenses 5:12,13; 1 Timóteo 5:17,18; Hebreus 13:17; 1 Pedro 5:1-3). Os governos civis exercem autoridade política pelo decreto de Deus (Mateus 22:21; Romanos 13:1-7; 1 Pedro 2:13,14).

Em outras relações, contratos podem manter indivíduos e grupos sujeitos às estipulações de um contrato. A relação empregador-empregado é contratual e desempenhada com autoridade legítima (Levítico 19:13; Deuteronômio 25:4; 1 Timóteo 5:18; cf. Mateus 10:10; Lucas 10:7). Os tribunais, o braço judicial da autoridade civil, reforçam as obrigações do contrato punindo o quebrador do contrato e assegurando que a restituição seja paga a outra parte. Um contrato é baseado no desígnio pactual de Deus. Deus apresenta as obrigações, os benefícios por se obedecer ao pacto e as represálias pela quebra das estipulações pactuais. As organizações podem reforçar legalmente os contratos como Deus reforça seus pactos.

O conceito de autoridades delegadas múltiplas é modelado segundo o Divino Um e Muitos – a Trindade. Há um Deus (Unidade) e há três Pessoas (Diversidade) na Deidade, cada uma das quais é Deus. Cada membro da Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo tem autoridade (unidade de propósito no exercício da autoridade), todavia, cada um deles realiza uma tarefa diferente na história (diversidade de função no uso da autoridade para realizar o propósito único).

O Deus Triúno imprimiu esse padrão divino na sua criação. Assim, ele ordenou a família, a igreja e os governos civis como instituições, estruturas de autoridade menor, debaixo de sua jurisdição; muitas instituições, mas unidas por um propósito e dever – obediência a Deus para sua glória.

O que, então, deveria ser fundamental na sociedade? O um ou os muitos? Unidade ou diversidade? O indivíduo ou o grupo? Deveríamos ter uma autoridade monolítica ou cada indivíduo deveria ser uma autoridade para si mesmo?

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em Outubro/2006.

A criação reflete o Criador. Descobrimos que ela reflete a unidade de Deus e a sua diversidade. Na criação, e nas instituições da humanidade, a unidade não é tragada pela diversidade, e a diversidade não é demolida pela unidade. Assim, deveríamos esperar descobrir que debates sobre a forma apropriada de governo civil sempre retornam a esse tema: O que é primário, unidade ou diversidade? E a resposta bíblica é simples em princípio (embora difícil de ser alcançada na prática): *nenhuma das duas!*

Que tipo de estrutura política as civilizações anti-cristãs recomendam? Elas insistem que Deus *não* é uma Trindade. Ele *não* é simultaneamente Um e Muitos. Ele *não* é “três Pessoas e, todavia, Uma Pessoa também”. Eles negam que haja *igualdade última* do Um e Muitos, significando que a unidade de Deus não é última sobre a pluralidade das Pessoas da Trindade, cada um das quais é Deus. Eles insistem que Deus ou é um ou muitos, unificado ou totalmente diverso. A visão de governo de uma nação reflete sua visão de Deus e das relações legais de Deus com a humanidade. Assim, o governo recomendado pelos anti-cristãos tende a ser o estatismo ou a anarquia, ou seja, o governo por um ou pelos muitos.

Fonte: *Ruler Of The Nations: Biblical Principles for Government*, Gary DeMar, p. 16-7.